

Crescimento da PEA atropela a abertura de novas vagas

A População Economicamente Ativa (PEA) do Distrito Federal atingiu a média de 833,7 mil pessoas no primeiro semestre de 1997. Ela vem crescendo ano a ano desde 1992, quando sua divulgação e avaliação foram iniciadas por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF). Naquele ano, a PEA do DF totalizava 747,4 mil pessoas, o que representa um crescimento de 11,5% no período. "Somente no ano de 1997 o Distrito Federal criou 25 mil novas ocupações, mas isto foi insuficiente para acompanhar o crescimento da PEA. A dinâmica no mercado de trabalho tem sido muito intensa", afirma a supervisora do escritório regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Rosane de Almeida Maia.

"Temos hoje um novo perfil da PEA no DF, caracterizado por cinco fenômenos recentes: a convivência com taxas de desemprego elevadas; a migração da oferta de emprego entre os setores da economia; o aumento de postos de trabalho no setor de serviços; estagnação da oferta na administração pública e um aumento nos considerados bons empregos, com melhores salários e carteira assinada", complementa Rosane. Uma das causas desse crescimento da PEA tem relação com a migração, também responsável pelo acelerado processo de crescimento da região do Entorno do Distrito Federal, que tem pressionado a procura



Rozane de Almeida Maia

ra pelos postos de trabalho oferecidos no DF.

Outro fator observado é o crescimento da Taxa de Participação Total (PEA/PIA). Em 1992, ela era de 60,0% e passou para 61,2% no primeiro semestre de 1997, aumentando a pressão sobre o mercado de trabalho do Distrito Federal.

Quem está no mercado?

Durante o período de 1992 ao primeiro mês de 1998, o número de pessoas ocupadas no Distrito Federal passou de 631,2 mil para 692,1 mil trabalhadores. Foram criados aproximadamente 66 mil novos postos de trabalho, resultado que coloca o Distrito Federal em destaque na confrontação com outras unidades federativas. "O bom resultado não aparece porque, comparando os índices nacionais, o crescimento vegetativo da PEA é três vezes maior que o da população brasileira", afirma a supervisora do Dieese no DF.

Do total de ocupados verificado em janeiro de 1998, 55,7% atuam no setor

Serviços; 20,4% na Administração Pública; e 14,4% no Comércio. Os percentuais restantes estão distribuídos nos demais setores da atividade econômica do Distrito Federal, como a Construção Civil com 4,3%, Indústria de Transformação que tem 4,2% dos trabalhadores e as representações diplomáticas, representações oficiais e políticas nacionais, mais o setor agropecuário, com 0,8%.

Segundo o sexo, a PED/DF de janeiro de 1998 indica que do total de ocupados, cerca de 45,5% são mulheres e 54,5% homens. "O ingresso da mulher no mercado é uma das mudanças que se opera na PEA e tem crescido de 1992 para cá. Principalmente, nos setores de Educação, Saúde e nos empregos domésticos, onde há predominância feminina", declara Rosane.

A maior parte dos ocupados, 308,3 mil ou aproximadamente 44,5%, encontra-se na faixa etária de 25 a 39 anos. A segunda faixa etária mais presente no mercado de trabalho é a que compreende trabalhadores acima de 40 anos de idade, com 207,4 mil pessoas, seguida do grupo entre 18 e 24 anos, que tem 151,6 mil empregados.

No tocante a instrução, a maior parcela, 31,9% dos ocupados, têm até o 1º Grau incompleto. O segundo maior grupo de pessoas empregadas/trabalhando é o que possui 2º Grau completo, correspondendo a 25,2% do total. Pelo menos, 16,4% têm curso superior completo, 10,9% têm o 1º Grau incom-

pleto, 7,9% o 2º Grau incompleto; 4,8% o 3º Grau incompleto, e os demais 2,9% são analfabetos.

No que se refere ao número de desempregados, a PED/DF contabilizou 116,2 mil pessoas em 1992, número que saltou para 158,3 mil no primeiro mês de 1998 (acréscimo de 42,1 mil desempregados). "O principal desafio está em crescer na oferta de empregos causando os menores desequilíbrios possíveis na economia. Seja através de políticas ativas de criação de ocupações ou mesmo políticas passivas, como redução de jornadas de trabalho e estímulo às aposentadorias", avalia Rosane Maia.

As estatísticas da PED/DF revelaram que no primeiro mês deste ano existiam 95,3 mil pessoas em desemprego aberto, ou seja, procurando trabalho sem encontrar há 30 dias. Também havia 37,5 mil em desemprego oculto pelo trabalho precário, fazendo um bico ou auxiliando em negócios de família sem receber remuneração. Um total de 25,5 mil pessoas estavam em desemprego oculto pelo desalento, o que significa que por desmotivação deixaram de procurar trabalho. A taxa de desemprego total situa-se em 18,6%; de desemprego aberto em 11,2% e oculto em 7,4%.

Do total de desempregados, cerca de 47,4% são homens e 52,6% - 83,2 mil - são mulheres. Segundo a faixa etária, 16,6% estão entre dez e 17 anos; 37,7% têm de 18 a 24 anos; 33,3% de 25 a 39 anos e 12,4% de 40 anos acima.

Quando se verifica a ins-

Perfil dos desempregados no DF

158,3 mil
desempregados
47,3%
homens
52,7%
mulheres
21%
chefes de família
71%
de 18 a 39 anos de idade
87,8%
têm mais de 3 anos no DF
61,5%
não completaram o 2º grau
48%
procuram emprego
há mais de 6 meses

FONTE:
CODEPLAN, PED/DF DE JANEIRO/98

trução formal, a maioria (44,7 mil) possui somente o 1º Grau escolar incompleto. Este maior grupo corresponde a 28,2% da população desocupada, seguido dos que têm 2º Grau completo, que são 12,8%.

Do total de desempregados, 85,8 mil, o equivalente a 54,2%, são migrantes. Destes, 8% estão a menos de um ano morando e tentando trabalho no DF e 21% residem aqui entre um e cinco anos. Quanto a origem, em janeiro deste ano ficou atestado que o maior grupo de migrantes desempregados teve como último local de residência o esta-

do de Goiás (15%), seguido de Minas Gerais e Piauí (13%), Bahia (12%) e Maranhão (10%).

Salário alto

Um grande atrativo da migração para o DF é o valor médio dos salários pagos na Capital Federal. De 1992 ao primeiro semestre de 1997, o rendimento médio do trabalho apresentou crescimento real no Distrito Federal, passando de R\$ 801 para R\$ 930 a preços de junho de 1997, significando um aumento real de 16,1%. Em janeiro deste ano a média dos salários para trabalhadores registrados era de R\$ 1.033.

O rendimento médio auferido pelos homens passou de R\$ 953 para R\$ 1.131, com variação positiva de 18,7%. Para as mulheres, passou de R\$ 629 para R\$ 736, com crescimento de 17%. Vale salientar que o rendimento médio auferido pelas mulheres vem representando algo em torno de 65% do rendimento médio auferido pelos homens.

Segundo os setores de atividade econômica, de 1992 ao primeiro semestre de 1997, o rendimento médio contabilizado no setor privado aumentou em 11,7%; 11,8% no setor público; 8,7% no comércio; 46,5% no setor serviços e 0,5% na administração pública. O rendimento médio dos assalariados passou de R\$ 944 em 1992 para R\$ 1.046 no primeiro semestre de 1997, significando um acréscimo real de 10,8%. (RF)